

Demonstrações Financeiras

Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2020 e 2019

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente	1
Balancos patrimoniais	1
Demonstrações de resultados	2
Demonstrações de resultados abrangentes	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores do
IDBrasil Cultura, Educação e Esporte
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte** (“**Entidade**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a **Entidade**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da **Entidade** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Entidade**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 24 de fevereiro de 2021.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Recursos vinculados a projetos	4	19.313	7.965	Fornecedores e outras contas a pagar		1.801	230
Contas a receber		51	176	Obrigações tributárias		55	2
Outros créditos		27	42	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	965	961
Despesas antecipadas		61	70	Projetos vinculados a executar	6	16.631	7.026
Total do ativo circulante		19.452	8.253	Total do passivo circulante		19.452	8.219
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	5	7.370	540	Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível		7.371	541
Intangível		1	1	Contingências	8	-	34
Total do ativo não circulante		7.371	541	Total do passivo não circulante		7.371	575
Total do ativo		26.823	8.794	Patrimônio líquido	10		
				Patrimônio social acumulado		-	-
				Total do patrimônio líquido		-	-
				Total do passivo		26.823	8.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



 Rogério Gerla Paganatto

 CRC 1 - 131.987/0-1

 CPF 129.306.988-60

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas com restrições (atividades culturais)			
Contrato de Gestão			
Contrato de Gestão	11	10.944	10.277
Consumo depreciação	11	435	139
Venda de ingressos - contrato de gestão	6a	498	1.767
Aluguéis de espaços - contrato de gestão	6a	68	377
Aluguéis de espaços para eventos - contrato de gestão	6a	108	573
Receitas financeiras	6b	132	311
Parcerias e permutas	6a	763	134
Indenização seguro		-	470
Outras receitas	6a	5	16
Voluntários	6a	291	34
Receitas financeiras sinistro	6b	-	70
Outras receitas sinistro		5	21
		<u>13.249</u>	<u>14.189</u>
Leis de incentivo			
Recursos projetos especiais (Leis de incentivo)		1.202	1.004
Receitas financeiras	6b	24	33
	12	<u>1.226</u>	<u>1.037</u>
Total das receitas com restrições		<u>14.475</u>	<u>15.226</u>
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Contrato de Gestão			
Com pessoal	13	(6.924)	(7.939)
Serviços prestados por terceiros	14	(3.202)	(2.503)
Gerais e administrativas	15	(1.494)	(2.741)
Energia elétrica e telecomunicações		(664)	(580)
Impostos, taxas e contribuições		(8)	(6)
Depreciação e amortização		(435)	(139)
Parcerias e permutas		(179)	(54)
Voluntários	3i	(291)	(34)
Gastos MLP - sinistro	16	(5)	(72)
Despesas financeiras MLP - sinistro		(1)	(19)
Despesas financeiras		<u>(46)</u>	<u>(102)</u>
		<u>(13.249)</u>	<u>(14.189)</u>
Leis de incentivo			
Gerais e administrativas		(88)	(82)
Programa de exposição		(1.117)	(931)
Serviços prestados por terceiros		(17)	(16)
Despesas financeiras		<u>(4)</u>	<u>(8)</u>
	17	<u>(1.226)</u>	<u>(1.037)</u>
Total das despesas com restrições	6c + d	<u>(14.475)</u>	<u>(15.226)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rogério Gerli Paganatto
RC SP 131.967/0-3
CPF 129.206.906-60

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes:	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rogério Gerli Paganatto
CRC 1.571.987/O-3
CPF 129.306.908-60

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

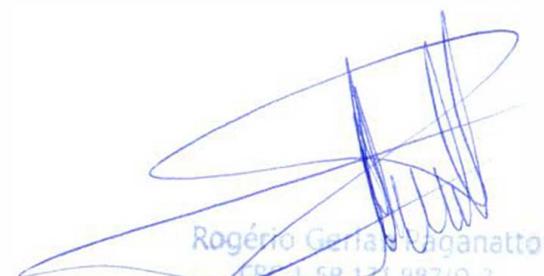
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Superávits / déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2019	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rogério Genaro Kaganatto
CPF 159.159.131.987/0-3
CPF 129.306.990-60

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	435	139
Contingências trabalhistas	(34)	23
(=) Resultado do exercício ajustado	<u>401</u>	<u>162</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(11.348)	1.528
Contas a receber	125	(24)
Outros créditos	15	-
Despesas antecipadas	9	38
	<u>(11.199)</u>	<u>1.542</u>
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores e outras contas a pagar	1.571	(108)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	4	94
Obrigações tributárias	53	(44)
Projetos vinculados a executar	9.605	(1.507)
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	6.830	69
	<u>18.063</u>	<u>(1.496)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>7.265</u>	<u>208</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(7.265)	(208)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(7.265)</u>	<u>(208)</u>
Variação líquida do caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Movimentação líquida em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O IDBrasil Cultura, Educação e Esporte (“Entidade”), é uma Entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em 7 de maio de 2008 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo nº SC-911-2008 em 22 de agosto de 2008. Tem como objetivo principal a operacionalização e execução das atividades e serviços na área de museologia no Museu do Futebol (“MDF”) e Museu da Língua Portuguesa (“MLP”).

Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a. Criar, apoiar, fomentar, promover e administrar espaços culturais, educacionais e desportivos, com a propagação do conhecimento entre membros da sociedade civil.
- b. Propor, executar, divulgar estudos, pesquisas, informações, produzidos por si ou por terceiros, nas áreas de esportes, educação e cultura.
- c. Promover, gerir, e apoiar a recuperação, conservação e difusão do patrimônio histórico, cultural, ambiental e artístico.
- d. Captar recursos e administrar espaços destinados a custear as atividades e ações necessárias para o cumprimento de suas finalidades.
- e. Promover exposições temáticas, cursos, eventos, e atividades recreativas e técnico-científicas, ou colaborar para a realização das mesmas, nos assuntos relacionados as áreas de educação, cultura e desporto em geral.
- f. Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da cultura, da educação, e do esporte do país ou do exterior.
- g. Prestar consultorias nas áreas fim, bem como realizar pesquisas ou outras atividades de suporte para suas finalidades.
- h. Promover a edição e difusão de publicações on line e off line como livros, revistas, boletins, áudios, vídeos, cds, dvds, folhetos, folders, sites, cartazes e similares.
- i. Produzir e vender, direta ou indiretamente, produtos com marcas e logos de propriedade ou cedidas ao IDBrasil.
- j. Promover e difundir a Língua Portuguesa.
- k. Promover, preservar a memória, e difundir o Futebol.

Informações da Administração

O IDBrasil firmou em 2016 dois novos contratos com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, para gestão do Museu do Futebol e do Museu da Língua Portuguesa, o primeiro com vigência de 01/07/2016 até 31/12/2020 e o segundo com vigência de 01/01/2017 até 31/12/2020, mantendo assim seu compromisso com a gestão desses equipamentos de grande relevância Cultural.

O convênio com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Fundação Roberto Marinho e IDBrasil, assinado em janeiro de 2016, com prazo de cinco anos, viabiliza a reconstrução e atualização da museografia do Museu da Língua Portuguesa, sob responsabilidade da Fundação Roberto Marinho e com recursos da indenização do seguro e de patrocínios privados, originários de leis de incentivo. Em dezembro de 2019 foi anunciada a conclusão da obra de restauro do edifício, restando a implantação da expografia, inicialmente programada para início de 2020.

Nesse contexto, logo após a notícia da finalização da obra, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo publica a Resolução S/C N° 26/2019, de 13/12/2019, com a Convocação Pública para o gerenciamento do Museu da Língua Portuguesa. O Conselho de Administração do IDBrasil autorizou sua participação na referida Convocação. A proposta do IDBrasil foi entregue conforme especificação do chamamento, em 29 de janeiro de 2020. Foi o processo com maior número de participantes na história da Secretaria, no total de cinco. O IDBrasil foi a Organização Social vencedora e o resultado, anunciado em fevereiro, só foi confirmado em junho, após tramitação de recursos apresentados por outras duas organizações concorrentes.

O exercício de 2020 se apresentou com grandes desafios em razão da pandemia da COVID-19, com várias implicações para os museus, no mundo todo. Respeitando as diretrizes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e do Plano São Paulo do Governo do Estado, houve fechamento dos museus para a visitação presencial, seguindo o Decreto nº 64.864 (16/3/2020). O Museu do Futebol, foi fechado em 16 de março e reaberto ao público em 15 de outubro de 2020, com todos os protocolos de distanciamento e higienização implantados. As medidas de distanciamento necessárias são controladas pelas equipes do Museu; os ingressos passaram a ser vendidos com agendamento de horário, preferencialmente em plataforma online. Para 2020 houve necessidade de reequilíbrio orçamentário, tanto pela redução no valor do repasse, quanto pela queda na receita operacional do Museu, com bilheteria e cessão onerosa de espaços. O IDBrasil adotou possibilidades geradas pelas medidas provisórias MP 936 e MP 927 para organização dos trabalhos das equipes de funcionários, suspendendo temporariamente alguns contratos e reduzindo jornada/salário de outros, além da redução geral de outros custos, principalmente com readequação temporária de postos de trabalhos de segurança e limpeza. O Museu do Futebol manteve, mesmo fechado, sua interação com o público por meio de atividades virtuais, que perduram mesmo depois da reabertura do Museu. As equipes administrativas e aquelas de interação virtual com o público se mantiveram em sistema de teletrabalho.

Uma ação de destaque no Museu do Futebol foi a adaptação para ambiente virtual do projeto educativo 'Revivendo Memórias', inicialmente concebido para interações presenciais com pessoas com Alzheimer, agora ampliado para idosos em geral e grupos em situação de vulnerabilidade social.

Com captação de recursos de lei de incentivo federal, foi possível a realização de ações de difusão e atração do público do Museu do Futebol, destacando a exposição temporária 'Pelé 80, O Rei do Futebol', homenagem aos 80 anos do Pelé.

Em dezembro de 2020 foi assinado novo termo aditivo, prorrogando a vigência do contrato de gestão do Museu do Futebol para 30 de junho de 2021.

Para o Museu da Língua Portuguesa, o novo contrato de gestão foi assinado com vigência de 01 de setembro de 2020 até 31 de agosto de 2025, prevendo inauguração do Museu em 25 de janeiro de 2021. Em razão da pandemia e por iniciativa do Governo do Estado, houve sucessivas reprogramações para a data de inauguração e em fevereiro de 2021, foi anunciada a data de 17 de julho. Nesse período, o IDBrasil seguirá com a gestão do edifício, implantação das áreas administrativas do Museu e contratação gradual das equipes. Os funcionários estão organizados para regime de teletrabalho e/ou presencial, mantendo interações virtuais com os públicos do Museu.

Em 2020 o IDBrasil passou por mudanças em sua direção. Eric Alexander Klug deixou a organização a partir de abril de 2020. Em 29 de outubro assumiu a direção executiva Renata Vieira da Motta. Entre esses períodos, assumiu interinamente a direção executiva a Diretora Administrativa e Financeira, Vitória Boldrin.

O IDBrasil segue orientação da Secretaria da Cultura na sua política de concessão de gratuidades de ingressos, a qual visa à democratização de acesso e difusão dos equipamentos geridos.

Para o Museu do Futebol, foram concedidas gratuidades no valor estimado de R\$ 436 mil no exercício de 2020 (R\$ 1.978 mil no exercício de 2019).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da **Entidade**, findas em 31 de dezembro de 2020, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, ambas aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 21 de outubro de 2016 e 02 de setembro de 2015, respectivamente, as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial o CPC 26 (R1).

A administração da **Entidade** afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021, refletindo todos os eventos de conhecimento da Administração até a presente data.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a **Entidade** atua, o Real (moeda funcional), e são apresentadas em Reais -R\$ (moeda de apresentação). Todas as informações financeiras divulgadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, revisando-as anualmente. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social correspondem, principalmente, à estimativa de vida útil de ativo imobilizado, que corresponde às taxas de depreciação adotadas para os bens do ativo imobilizado, apuradas com base nas taxas calculadas em função do tempo de vida útil remanescente estimado para os correspondentes bens e as contingências.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da **Entidade** exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas em detalhes abaixo e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

a) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro em outra entidade.

a1) Reconhecimento de ativos e passivos financeiros não derivativos

A **Entidade** reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

a2) Classificação e Mensuração

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não derivativos foram classificados e mensurados como custo amortizado – quando os ativos financeiros mantidos pela **Entidade** são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, deduzidos de qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, outros créditos e com as variações reconhecidas no resultado. Nenhuma nova mensuração de ativos financeiros foi realizada.

A **Entidade** baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou se encerram ou quando assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Passivos financeiros

A **Entidade** reconhece seus passivos financeiros inicialmente na data em que são originados e são reconhecidos pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a **Entidade** se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, se aplicável.

A **Entidade** baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A **Entidade** possui passivos financeiros não derivativos, tais como: fornecedores e outras contas a pagar, obrigações sociais e tributárias.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações dos contratos de gestão, incluindo projetos de lei incentivados.

a3) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a **Entidade** tenha um direito legalmente aplicável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

a4) Operações de instrumentos financeiros derivativos

A **Entidade** não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com propósito de especulação.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Equipamentos de telefonia	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da **Entidade** não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da **Entidade** não pratica transações de vendas e compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

f. Ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da **Entidade** e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a **Entidade** possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Arrendamentos mercantis (financeiro e operacional)

A **Entidade** não possui operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis e remotas são apenas divulgados em nota explicativa.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a **Entidade** valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a **Entidade** haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 o montante foi de R\$ 291 mil (R\$ 34 mil em 2019).

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, o COFINS sobre rendimento de aplicação financeira, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras e despesas com operadoras de cartões de crédito/débito.

k. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, tanto para o Museu do Futebol (“MDF”) como para o Museu da Língua Portuguesa (“MLP”), estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da **Entidade**. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

l. Isenção tributária

A **Entidade** goza de isenção tributária de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o superávit, por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

m. Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

n. Gerenciamento de risco financeiro

A **Entidade** apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A **Entidade** apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da **Entidade** são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da **Entidade**.

4. Recursos vinculados a projetos

(Em milhares de Reais)

	2020			2019		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Caixa	25	1	26	22	-	22
Banco conta movimento	2	-	2	47	8	55
Aplicações financeiras	6.988	12.087	19.075	5.644	2.244	7.888
Patrocínio/ Permuta Publicitária	210	-	210	-	-	-
	7.225	12.088	19.313	5.713	2.252	7.965

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela **Entidade** que serão utilizados exclusivamente nos contratos de gestão, projetos relacionados e projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

A composição do saldo de aplicações financeiras é a seguinte:

(Em milhares de Reais)

	2020			2019		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Recursos do Contrato de Gestão	4.035	6.930	10.965	3.054	1.418	4.472
Recursos Fundo de Reserva Contrato de Gestão	553	1.271	1.824	544	132	676
Recursos Fundo de Contingência Contrato de Gestão	804	954	1.758	430	584	1.014
Recursos de Projetos Especiais (Leis de Incentivo)	1.596	2.932	4.528	1.616	-	1.616
Recursos da Indenização do Seguro	-	-	-	-	110	110
	6.988	12.087	19.075	5.644	2.244	7.888

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados à taxa referenciada no Certificado de Depósito Interbancário – CDI; variam entre 57,5% e 97% do índice base durante o exercício de 2020 (81,5% a 94,5% do CDI durante o exercício de 2019)

Na demonstração do fluxo de caixa, os recursos vinculados a projetos são apresentados no fluxo das atividades operacionais, uma vez que esses recursos não apresentam todas as características de caixa e equivalentes de caixa conforme requerido pelo CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa.

5. Ativo imobilizado

(Em milhares de Reais)

	Taxas anuais de depreciação	Custo	De preciação acumulada	2020	2019
Móveis e utensílios	10%	1.130	(307)	823	103
Equipamentos de informática e comunicação	20%	4.519	(753)	3.766	159
Equipamentos de telefonia	20%	42	(36)	6	2
Máquinas e equipamentos	10%	2.695	(475)	2.220	276
Instalações	10%	190	(190)	-	-
Imobilizado em andamento	-	555	-	555	-
		9.131	(1.761)	7.370	540

Movimentação do ativo imobilizado em 2020

(Em milhares de Reais)

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	365	765	-	1.130
Equipamentos de informática e comunicação	648	3.871	-	4.519
Equipamentos de telefonia	37	5	-	42
Máquinas e equipamentos	627	2.068	-	2.695
Instalações	190	-	-	190
Imobilizado em andamento	-	555	-	555
	1.867	7.264	-	9.131

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	(262)	(45)	-	(307)
Equipamentos de informática e comunicação	(489)	(264)	-	(753)
Equipamentos de telefonia	(35)	(1)	-	(36)
Máquinas e equipamentos	(351)	(124)	-	(475)
Instalações	(190)	-	-	(190)
	(1.327)	(434)	-	(1.761)
Saldo líquido	540	6.830	-	7.370

Movimentação do ativo imobilizado em 2019

(Em milhares de Reais)

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Movimentação do custo				
Móveis e utensílios	325	62	(22)	365
Equipamentos de informática e comunicação	525	229	(106)	648
Equipamentos de telefonia	36	1	-	37
Máquinas e equipamentos	583	49	(5)	627
Instalações	190	-	-	190
	1.659	341	(133)	1.867
Movimentação da depreciação				
Móveis e utensílios	(236)	(28)	2	(262)
Equipamentos de informática e comunicação	(439)	(92)	42	(489)
Equipamentos de telefonia	(35)	-	-	(35)
Máquinas e equipamentos	(290)	(62)	1	(351)
Instalações	(190)	-	-	(190)
	(1.190)	(182)	45	(1.327)
Saldo líquido	469	159	(88)	540

6. Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

(Em milhares de Reais)

	Saldos em 31/12/2019	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos	Receitas Financeiras	Devolução e transferências de Recursos	Imobilizações líquida	Custos e despesas	Ou tras movimentações	Saldos em 31/12/2020
			a	b			c	d	
Museu do Futebol									
Contrato de Gestão (a)	3.353	8.612	1.590	86	-	(476)	(8.921)	4	4.248
Pronac 183885 - 2019	260	-	-	3	(207)	-	(60)	4	-
MESP 1814206	322	38	-	6	-	-	-	(3)	363
Pronac 193044 - 2020	1.035	1.078	-	16	207	-	(1.166)	-	1.170
MESP 2000900-00	-	60	-	-	-	-	-	-	60
Sub Total - Museu do Futebol	4.970	9.788	1.590	111	-	(476)	(10.147)	5	5.841
Museu da Língua Portuguesa									
Contrato de Gestão 008.2016	1.936	891	-	23	(904)	19	(2.000)	35	-
Contrato de Gestão 001.2021	-	9.650	143	23	901	(516)	(2.332)	(30)	7.842
Projeto Reconstrução	104	-	-	-	(98)	-	(6)	-	-
Minc Pronac 204483	-	2.932	-	-	-	-	-	-	2.932
Empenho (Outras Obrigações)	16	-	-	-	-	-	-	-	16
Sub Total - Museu da Língua Portuguesa	2.056	13.473	143	46	(101)	(497)	(4.338)	5	10.790
Total Projetos a executar	7.026	23.261	1.733	157	(101)	(973)	(14.485)	10	16.631
	Saldos em 31/12/2019	Depreciação	Aquisições	Saldos em 31/12/2020					
Obrigações com o Estado - Imobilizado MDF	430	(100)	577	907					
Obrigações com o Estado - Imobilizado MLP	111	(335)	6.688	6.464					
Total Imobilizado e intangível	541	(435)	7.265	7.371					

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

a. Contrato de Gestão - Museu do Futebol (MDF)

A **Entidade** firmou Contrato de Gestão nº 05/2011 com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período aproximado de 51 meses a partir de 9 de setembro de 2011; houve prorrogação da vigência até 30 de junho de 2016. Em junho de 2016 foi assinado um novo contrato, pelo período de 54 meses, com vigência até 31 de dezembro de 2020. Durante o período do contrato, a **Entidade** receberá do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no “Museu do Futebol”. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à **Entidade**.

A **Entidade** possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, anexo ao Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, conhecido como o Estádio do Pacaembu, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido espaço.

No mês de dezembro de 2015, foi celebrado o 6º (sexto) aditamento ao Contrato de Gestão do Museu do Futebol por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, com prorrogação do prazo contratual até 30 de junho de 2016, com repasse no valor de R\$ 3.846 mil para o período. O contrato de gestão 05/2011 teve a importância global de R\$ 42.890 mil em recursos repassados pela Secretaria da Cultura.

Em novo processo de chamamento Público, o IDBrasil firmou novo Contrato de Gestão nº 04/2016 com a Secretaria de Estado da Cultura, no valor total de R\$ 42.682 mil. Em dezembro de 2016 foi celebrado o 1º termo de aditamento, tendo como valor global estimado R\$ 42.561 mil.

Para o exercício de 2018, a Secretaria de Estado da Cultura determinou como referencial de repasse o valor do exercício de 2017, reviu a permissão para a unificação da equipe do Museu da Língua Portuguesa à equipe do Museu do Futebol, previamente indicada no final de 2017, determinando que permaneçam segregadas. Em 2018 foram repassados recursos no valor de R\$ 8.744 mil, conforme termo de aditamento assinado em agosto de 2018.

Para o exercício de 2019, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa repassou recursos no valor de R\$ 8.744 mil, referencial de repasse do exercício de 2017, conforme termo de aditamento assinado em dezembro de 2019.

No exercício de 2020, foram pactuados com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa dois Termos Aditivos ao Contrato 04/2016: O 5º Termo Aditivo, assinado em 24 de junho, que em Razão da Pandemia do COVID-19 reduziu a previsão de repasse projetada para o ano de 2020 e fixou o novo valor no exercício em R\$7.651 mil. Em 15 de dezembro, foi assinado o 6º Termo Aditivo, fixando novo valor para o Repasse do Exercício em R\$ 8.611 mil.

Ainda no mês de dezembro foi pactuado o 7º Termo Aditivo prorrogando a vigência do Contrato de Gestão 04/2016 até 30 de junho do ano de 2021 projetando o valor do repasse para esse período em R\$ 4.372 mil.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a **Entidade** deverá receber do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R\$ 43.940 mil, da seguinte forma:

2016 (2º semestre)	R\$ 4.833 mil
2017	R\$ 8.635 mil
2018	R\$ 8.744 mil
2019	R\$ 8.744 mil
2020	R\$ 8.612 mil
2021	R\$ 4.372 mil

O valor para 2021 poderá ser revisto em razão da dotação orçamentária.

b. Contrato de Gestão - Museu da Língua Portuguesa (MLP)

A **Entidade** firmou Contrato de Gestão 004/2012 com o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período de 53 meses a partir de 01 de julho de 2012 e vencimento em novembro de 2016. Durante o período do contrato, a **Entidade** recebeu do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos no “Museu da Língua Portuguesa”. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à **Entidade**.

Em maio de 2016 a **Entidade** assinou com a Secretaria da Cultura o 5º (quinto) termo de aditamento ao Contrato de Gestão com prorrogação de vencimento de 30/11/2016 para 31/12/2016 e revisão do plano de trabalho para adequação à nova condição do Museu pós incêndio, com repasse no valor de R\$ 2.700 mil, e R\$ 1.000 mil advindos da indenização do seguro relativos a despesas fixas perduráveis. Foram também executadas obras emergenciais no valor de R\$ 2.808 mil com recursos advindos da indenização do seguro.

Em dezembro de 2016 a **Entidade** assinou com a Secretaria da Cultura novo contrato de gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2020, com possibilidade de rescisão antecipada na hipótese de conclusão da recuperação e restauro do edifício do Museu.

Em agosto de 2018 a **Entidade** assinou o primeiro termo de aditamento referente ao exercício de 2018, com repasse no valor de R\$ 2.016 mil. Em dezembro de 2018 foi assinado novo termo de aditamento, incluindo a manutenção e restauro do saguão e bilheterias da Estação da Luz.

Os recursos para viabilizar essa ação serão originários da indenização do seguro destinada à responsabilidade civil - R\$ 470 mil e com adicional de repasse no contrato de gestão – R\$ 920 mil (valor efetivamente liberado em janeiro de 2019).

Em 2019 foi assinado novo termo de aditamento, com repasse no valor de R\$ 1.961 mil.

No exercício de 2020, foram firmados dois Termos Aditivos com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa relativos ao contrato de Gestão 008/2016. O primeiro deles, o 4º Termo de Aditamento, firmado para garantir a viabilização de recursos para que a organização social mantivesse a gestão predial do edifício (envolvendo a zeladoria, segurança e seguro) considerando que o Processo SC1784630/2019 que trata da convocação pública para a gestão do Museu da Língua Portuguesa passava pela fase final dos prazos recursais. O 4º Termo de Aditamento previu o repasse de R\$ 391 mil, com dotação orçamentaria prevista para o 1º semestre 2020.

O 5º Termo de Aditamento foi assinado motivado pelo atraso no anúncio do resultado do chamamento e a situação então inesperada da Pandemia; previu além dos R\$ 391 mil (referentes ao 4º Aditamento) repasse complementar da ordem de R\$ 1.500 mil, num total de R\$ 1.891 mil para o exercício de 2020, com possibilidade de encerramento antecipado para assinatura de novo contrato de gestão. O contrato de gestão 008/2016 foi encerrado antecipadamente no mês de agosto de 2020, tendo recebido repasse proporcional à sua vigência, no valor de R\$ 891 mil.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a **Entidade** recebeu do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R\$ 8.643 mil para o Contrato de Gestão 008/2016 da seguinte forma:

2017	R\$ 2.855 mil
2018	R\$ 2.936 mil
2019	R\$ 1.961 mil
2020	R\$ 891 mil

Em setembro de 2020 foi firmado com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa o Contrato de Gestão 001/2020 para a Gestão do Museu da Língua Portuguesa pelo período de 01.09.2020 à 31.08.2025. O 1º Termo Aditivo ao Contrato 001/2020 assinado em dezembro de 2020, ajustou os valores a serem repassados durante a vigência do referido contrato e durante o período, a **Entidade** receberá a quantia global de R\$ 76.746 mil da seguinte forma:

2020	R\$ 9.650 mil
2021	R\$ 13.918 mil
2022	R\$ 15.183 mil
2023	R\$ 15.183 mil
2024	R\$ 15.183 mil
2025	R\$ 7.629 mil

O valor a ser liberado para os próximos exercícios poderão ser alterados em função de dotação orçamentária.

Em 21 de janeiro de 2016 foi celebrado um Convênio tendo como partes a Secretaria da Cultura, a Fundação Roberto Marinho e o IDBrasil, visando à reconstrução e restauração do prédio da Estação da Luz, e a reinstalação do Museu no local. Os recursos serão advindos da indenização do seguro e recursos de patrocinadores privados. Os recursos da indenização do seguro, deduzidas as parcelas usadas nas obras emergenciais, serão repassados à Fundação Roberto Marinho - responsável pelos projetos, obras e recuperação do Museu - pelo IDBrasil e com anuência da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, de acordo com cronogramas estabelecidos em termos de aditamentos.

Até o exercício de 2020, foram celebrados sete termos de aditamento, com os seguintes valores repassados à Fundação Roberto Marinho:

Agosto/2016	R\$ 973 mil
Dezembro/2016	R\$ 12.392 mil
Agosto/2017	R\$ 14.547 mil
Julho/2018	R\$ 3.024 mil
Maior/2019	R\$ 2.564 mil
Novembro/19	R\$ 130 mil
Maior/2020	R\$ 97 mil
Total	R\$ 33.727 mil

Em 2021 foi assinado o oitavo termo aditivo do convênio, prorrogando de cinco anos para cinco anos e seis meses sua vigência, visando à finalização da implantação da museografia e execução do projeto de iluminação da fachada do prédio, sob responsabilidade da Fundação Roberto Marinho, com recurso de lei federal de incentivo, viabilizado em 2020.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a **Entidade** também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
- (ii) Receitas advindas da locação de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

As fontes (i) e (ii) não estão ativas para o Museu da Língua Portuguesa até que seja reaberto o Museu.

Por força dos Contratos de Gestão, a **Entidade** está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a **Entidade** poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2020 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados pelo Conselho de Administração da **Entidade** em 28 de maio, 16 de julho e 15 de outubro de 2020 (MDF e MLP).

As prestações de contas referentes às atividades anuais dos MDF e MLP, serão enviadas em fevereiro de 2021. Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

c. Leis de incentivo fiscal

O IDBrasil inscreveu em projetos de Lei Rouanet os Planos Anuais dos museus sob sua gestão, contemplando ações para as áreas de exposições, programação cultural, divulgação, programação educativa e manutenção predial e tecnológica. Os projetos visam à continuidade, melhoria da qualidade e a diversificação da programação dos museus sob sua gestão.

Leis de Incentivo Fiscal (MDF):

PRONAC – 183.885 - Plano Anual 2019

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.996 mil, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2019. Foi captado o valor de R\$ 648 mil.

PRONAC – 193.044 - Plano Anual 2020

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 8.473 mil, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2020. Foi captado no exercício de 2020 o valor de R\$ 1.078 mil.

PRONAC – 204732 - Plano Anual 2021

O valor aprovado do projeto foi de R\$ 5.868 mil com prazo de captação até 31 de dezembro de 2021. Em 2020 não houve captação.

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MINISTÉRIO DO ESPORTE.

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 356 mil com autorização para captação até 07 de novembro de 2020. Foi captado em 2019 R\$ 268 mil e no exercício de 2020 foi captado a quantia de R\$ 97 mil.

Leis de incentivo fiscal (MLP)

PRONAC - 185376 - Plano Bianual 2019-2020

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 8.253 mil. Não houve captação no exercício de 2019. Também não houve captação no exercício de 2020.

7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

(Em milhares de Reais)

	2020			2019		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Provisão de férias	494	175	669	655	78	733
INSS a recolher	98	52	150	117	11	128
FGTS a recolher	34	16	50	41	4	45
IRRF a recolher	51	30	81	45	4	49
PIS Folha de Salário a recolher	4	2	6	4	-	4
Outras	7	2	9	2	-	2
	688	277	965	864	97	961

8. Contingências

A **Entidade** reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2020, a **Entidade** não é parte (polo passivo) em ações avaliadas pelos assessores jurídicos da **Entidade** como sendo consideradas de perda provável. Possuindo 02 ações avaliadas pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, totalizando o valor de R\$81 mil.

Demais passivos contingentes

Discussão na espera administrativa:

Em 2020 a **Entidade** sofreu autos de infração N°s 006.722.536-8, 537-6, 538-4, 539-2, 550-6, 541-4 e 542-2 e 006.772.523-6, 524-4, 525-2, 526-0, 527-9 e 528-7, para cobrança do imposto, multa, multa por não emissão de documento fiscal relativo ao exercício de 2015 sobre as receitas de repasse do convênio, bilheteria e cessão/locação de espaço no valor total de R\$ 1.802 mil.

A legislação municipal, através da Lei nº 16.757/2017 de 14 de novembro de 2017, instituiu a tributação do ISS sobre os repasses recebidos do Governo do Estado de São Paulo, previstos nos contratos de gestão. Contudo, no melhor entendimento da administração e respaldada por seus assessores jurídicos, tal tributo não é devido, e, portanto, não está reconhecido nas demonstrações financeiras ora apresentadas, pois, há fortes argumentos favoráveis à **Entidade**, tendo em vista que:

- É uma associação de direito privado sem fins lucrativos, tendo direito a imunidade tributária;
- É instituição de educação e cultura, voltada à difusão da cultura do esporte e da língua portuguesa;

- Os repasses oriundos do Governo do Estado de São Paulo são integralmente destinados a financiar ações nas áreas culturais, educativas e tecnológicas, com o objetivo de melhorar a qualidade e diversificação da programação dos Museus sob sua gestão. As atividades dos Contratos de Gestão tecnicamente não estão sujeitas a cobrança do ISS.

A administração da **Entidade** acredita que a tributação é indevida e com base na opinião dos assessores jurídicos este assunto foi classificado como perda possível, não sendo requerido o reconhecimento deste tributo nas demonstrações financeiras.

9. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da **Entidade** possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A **Entidade** não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

10. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits / superávits apurados anualmente.

A **Entidade** somente poderá ser dissolvida:

- por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou
- por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação da **Entidade** como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

11. Receitas com restrições - contrato de gestão

(Em milhares de Reais)

	2020			2019		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Custos e despesas	10.044	3.996	14.040	11.866	3.221	15.087
Consumo de depreciação	99	336	435	115	24	139
6a (-) Recursos Indenização (saguão)	-	-	-	-	(470)	(470)
6a (-) Recursos captados	(1.588)	(145)	(1.733)	(2.883)	(18)	(2.901)
6b (-) Receitas financeiras	(110)	(46)	(156)	(198)	(146)	(344)
(-) Recursos Leis Incentivo	(1.202)	-	(1.202)	(1.004)	-	(1.004)
(-) Recurso Indenização MLP	-	(5)	(5)	-	(21)	(21)
6b (-) Receitas Financeiras Indenização	-	-	-	-	(70)	(70)
Reconhecimento da receita do CG	7.243	4.136	11.379	7.896	2.520	10.416

A receita do contrato de gestão é reconhecida no resultado na mesma proporção das despesas incorridas, diminuídas das demais receitas captadas, que são reconhecidas na ocasião do fato gerador (competência).

12. Receitas com restrições - recursos projetos especiais (Leis de incentivos e Editais)

(Em milhares de Reais)

	2020			2019		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Pronac - Plano anual 2019 - 183885	211	-	211	1.004	-	1.004
MESP 1814206-00	1	-	1	-	-	-
Pronac - Plano anual 2020 - 193044	990	-	990	-	-	-
Receitas financeiras	24	-	24	33	-	33
	1.226	-	1.226	1.037	-	1.037

As receitas dos projetos especiais são reconhecidas no resultado na mesma proporção das despesas incorridas.

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do art. 18, com redação dada pelo art. 53 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

13. Despesas com pessoal

(Em milhares de Reais)

	2020			2019		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Salários	3.140	617	3.757	3.957	336	4.293
Encargos Sociais	1.023	212	1.235	1.607	138	1.745
Benefícios	758	66	824	933	46	979
Férias e 13º salário	861	270	1.131	836	66	902
Contingências trabalhistas	(20)	(3)	(23)	20	-	20
	5.762	1.162	6.924	7.353	586	7.939

14. Prestadores de serviços – Contrato de Gestão

(Em milhares de Reais)

	2020			2019		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Segurança e vigilância	491	989	1.480	483	323	806
Portaria	135	178	313	284	171	455
Limpeza	316	165	481	429	48	477
Administração / RH	21	19	40	27	1	28
Bombeiros	181	322	503	177	156	333
Manutenção e locação de equipamentos	16	-	16	18	-	18
Consultoria	3	2	5	10	-	10
Jurídico	81	93	174	74	109	183
Contabilidade	78	30	108	73	28	101
Auditoria	14	9	23	20	10	30
Demais serviços	44	15	59	55	7	62
	1.380	1.822	3.202	1.650	853	2.503

15. Gerais e administrativas – Contrato de Gestão

(Em milhares de Reais)

	2020			2019		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Despesas Administrativas	195	112	307	246	57	303
sub total - administrativas e gerais	195	112	307	246	57	303
Programa Exposição e Programa Cultural	33	151	184	143	-	143
Programa Edificação/Conservação/Manutenção/Seguro	395	197	592	516	1.544	2.060
Programa de Comunicação	69	15	84	56	8	64
Programa de serviço educativo e projeto especial	14	-	14	46	-	46
Programa Acervo: Conservação e Documentação	30	107	137	60	14	74
Programa de Gestão Executiva	176	-	176	33	15	48
Perdas	-	-	-	3	-	3
sub total - programas	717	470	1.187	857	1.581	2.438
TOTAL	912	582	1.494	1.103	1.638	2.741

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais com programas das principais atividades da **Entidade**:

(Em milhares de Reais)

	2020													
	Programa Exposição e Programa Cultural		Programa Edificação / Conservação / Manutenção / Segurança		Programa de Comunicação		Programa de serviço educativo e projeto especial		Programa Acervo: Conservação e Documentação		Programa de Gestão Executiva		TOTAL	
	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP
Materiais	-	-	78	27	-	-	-	-	-	-	-	-	78	27
Manutenção predial	-	-	117	26	-	-	-	-	-	-	-	-	117	26
Manutenção de equipamentos	-	-	130	6	-	-	-	-	-	-	-	-	130	6
Estrutura de exposição	-	123	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123
Manutenção do parque tecnológico	-	-	-	-	69	15	-	-	4	94	-	-	73	109
Seguros	-	-	38	82	-	-	-	-	1	-	-	-	39	82
Outras despesas	33	28	32	56	-	-	14	-	25	13	176	-	280	97
	33	151	395	197	69	15	14	-	30	107	176	-	717	470
														1.187

	2019													
	Programa Exposição e Programa Cultural		Programa Edificação / Conservação / Manutenção / Segurança		Programa de Comunicação		Programa de serviço educativo e projeto especial		Programa Acervo: Conservação e Documentação		Programa de Gestão Executiva		TOTAL	
	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP	MDF	MLP
Materiais	-	-	116	3	-	-	-	-	12	-	-	-	128	3
Manutenção predial	-	-	170	43	-	-	-	-	-	-	-	-	170	43
Manutenção de equipamentos	-	-	165	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165	-
Estrutura de exposição	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-
Despesa com segurança	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-
Conservação e restauração	-	-	-	1.387	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.387
Manutenção do parque tecnológico	-	-	-	-	48	6	-	-	-	-	-	-	48	6
Seguros	-	-	34	106	-	-	-	-	2	-	-	-	36	106
Outras despesas	133	-	15	5	8	2	46	-	46	14	36	15	284	36
	143	-	516	1.544	56	8	46	-	60	14	36	15	857	1.581
														2.438

16. Gastos - Sinistro - MLP

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	MLP	MLP
Utilidade pública	5	67
Obras e serviços emergenciais - outros gastos	-	5
	<u>5</u>	<u>72</u>

17. Despesas Leis de incentivo

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	MDF	MLP	Total	MDF	MLP	Total
Programa de exposição - Locação de equipamentos	143	-	143	148	-	148
Progr. de exposição - Prod. produção (Expoografia/Conteúdo/Design/Impressões)	192	-	192	175	-	175
Programa de exposição - Cenografia	163	-	163	172	-	172
Programa de exposição - Direitos autorais	84	-	84	17	-	17
Programa de exposição - Conteúdo áudio visual	138	-	138	59	-	59
Programa de exposição - Curadoria	50	-	50	33	-	33
Programa de exposição - Outros custos	347	-	347	279	-	279
sub total - programa de exposição	1.117	-	1.117	883	-	883
Despesas Administrativas	88	-	88	130	-	130
Serviços de terceiros - captação de recurso	17	-	17	16	-	16
Despesas financeiras	4	-	4	8	-	8
sub total - administrativas e gerais	109	-	109	154	-	154
	<u>1.226</u>	<u>-</u>	<u>1.226</u>	<u>1.037</u>	<u>-</u>	<u>1.037</u>

18. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a **Entidade** está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a **Entidade** irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da **Entidade** na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da **Entidade**.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da **Entidade**, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da **Entidade**. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a **Entidade** centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19. Avais, fianças e garantias

A **Entidade** não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019.

20. Cobertura de seguro

Em 31 de dezembro de 2020 a **Entidade** possui cobertura de seguros:

Museu do Futebol – modalidade multirrisco, no valor total de R\$ 52.600 mil com vigência até 12 de junho de 2021.

Museu da Língua Portuguesa - modalidade multirrisco com cobertura patrimonial no valor de R\$ 100.000 mil, e vencimento em 31 de janeiro de 2021, quando houve contratação de nova apólice, na modalidade multirrisco com limite máximo de garantia no valor de R\$ 125.000 mil, e vencimento em 31 de janeiro de 2022.

21. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

* * *

Renata Vieira da Motta
Diretora Executiva

Vitória Boldrin
Diretora Administrativa e Financeira

Rogério Gerlah Paganatto
Contador CRC 1SP131987/0-3